



BAHIA

Terceirizada da prefeitura de Salvador atrasa salários de funcionários do posto de saúde de Amaralina



denúncia foi feita por funcionários do Multicentro de Saúde Amaralina - Dr. Adriano Pondé, em Salvador | Reprodução / Redes Sociais

Os funcionários do Multicentro de Saúde Amaralina - Dr. Adriano Pondé, que fica no bairro de Amaralina, em Salvador, denunciaram o atraso no pagamento dos salários e vale transporte neste mês de setembro. A gestão da unidade é de responsabilidade do Instituto Provida, terceirizada da prefeitura de Salvador.

Conforme a denúncia, os pagamentos não foram efetuados mesmo após o 5º dia útil e segue em atraso até o dia 12 de setembro, quando o caso foi informado à reportagem do BNews.

Procurada pela reportagem, a Secretaria Municipal da Saúde (SMS) destacou que os pagamentos à empresa estão sendo realizados dentro da normalidade e que buscará esclarecimento da terceirizada.

“A Secretaria Municipal da Saúde informa que tem feito repasses regulares a empresa responsável pela gestão do Multicentro de Saúde de Amaralina mediante prestação de contas.

Vale salientar que o pagamento aos profissionais é de responsabilidade da OS, que será questionada e/ou notificada sobre esses atrasos; com o objetivo de sanar os débitos”.

O BNews tentou contato com o Instituto Provida através dos meios disponibilizados, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria.

FONTE: REDAÇÃO BNEWS

AS MESMAS PEÇAS, O MESMO MODELO E O DNA DO MAU COSTUME

A notícia acima pode não dizer nada para muita gente. Alguns justificadamente por não lidar com terceirização, outros por não conseguir entender coisas muito comuns que acontecem no nosso país. Ainda tem aqueles que entendem e sabem do “sistema” (agentes políticos e gestores públicos, lideranças sindicais “amarelas”, ...), mas fazem de conta que não sabem ou não entendem de nada.

TERCEIRIZAÇÃO, OS's E CALOTE – Para entender o caso Provida noticiado acima cabe esclarecer:

- É uma chama “Organização Social – OS, sem fins lucrativos, cujos donos ou dirigentes (como convenientemente queiram chamar) são os mesmos donos de empresas de segurança e vigilância, além de empresas de serviços, incluindo limpeza;
- O modus operandi é o mesmo: utilizam laranjas nos contratos sociais das empresas e depois de encher os bolsos nos gordos contratos com o serviço públicos fecham a empresa e desaparecem;
- Na fila das vítimas de calote, uma vez que deixam de pagar salários, Férias, recolher FGTS e demais verbas rescisórias ficam centenas e até milhares de trabalhadores penando na justiça por anos e anos para receber seus direitos;
- O ente publico (órgão ou empresa) também são levados à justiça para pagar “novamente” pelas obrigações da empresa.

No DNA das pessoas por trás da Provida estão, por exemplo, empresas de Vigilância “quebradas” e com centenas de trabalhadores caloteados: Vipac, Bahia Mister, Sol Segurança, D’Prontidão, entre outras, sem qualquer punição, até hoje, dos responsáveis.

A lei anticalote no Estado da Bahia e as Portarias Normativas no Governo Federal até criaram algumas dificuldades para essa gente, tornando menos atrativa a chamada terceirização convencional.

A saída para eles é migrar para as chamadas OS's, com benefícios fiscais generosos, poucas garantias e fiscalização e começam a fazer a mesma festa que realizavam nas empresas de vigilância e prestação de serviço.

O Estado da Bahia até já estendeu para estas organizações alguns efeitos da lei anticalote, ainda com pouca efetividade. Mas em Prefeituras e outros entes o ralo continua bem aberto e a festa se repete, claro, com a conivência, complacência e compadrio de muita “gente de bem”.

POR: Jose Boaventura – Presidente da CNTV -15/09/2025

Assalto ao avião pagador: um ano depois, PF segue em busca pelo principal financiador do crime

Investigação foca em conexões criminosas e busca por foragidos



Um ano após o assalto ao avião pagador no Aeroporto de Caxias do Sul (RS), considerado o maior já registrado no estado, a Polícia Federal segue tentando identificar o principal financiador do crime, que resultou em um roubo de mais de R\$ 14 milhões. A investigação já indiciou 39 pessoas, prendeu 21 e revelou um sofisticado esquema de lavagem de dinheiro envolvendo ONGs, prefeituras e até empresários.

O ataque, realizado com armamento de guerra e táticas militares, deixou um sargento da Brigada Militar morto e contou com a participação de criminosos ligados ao PCC. Ainda há seis foragidos, incluindo dois apontados como líderes da quadrilha, suspeitos de estar na Bolívia, e as autoridades acreditam que suas prisões possam esclarecer o destino dos valores roubados e a estrutura financeira por trás da quadrilha.

Fonte: R7

Saiba como funcionará a nova plataforma da Receita, que será 150 vezes maior que o PIX



Fachada da sede da Receita Federal em Brasília. Foto: Divulgação

A Receita Federal anunciou que está construindo uma plataforma inédita para viabilizar o novo sistema de impostos sobre o consumo no Brasil, um dos pilares da reforma tributária aprovada em 2024. A ferramenta, que começará a funcionar em 2026, foi projetada para ser 150 vezes maior que o PIX, movimentando anualmente cerca de 70 bilhões de documentos fiscais digitais.

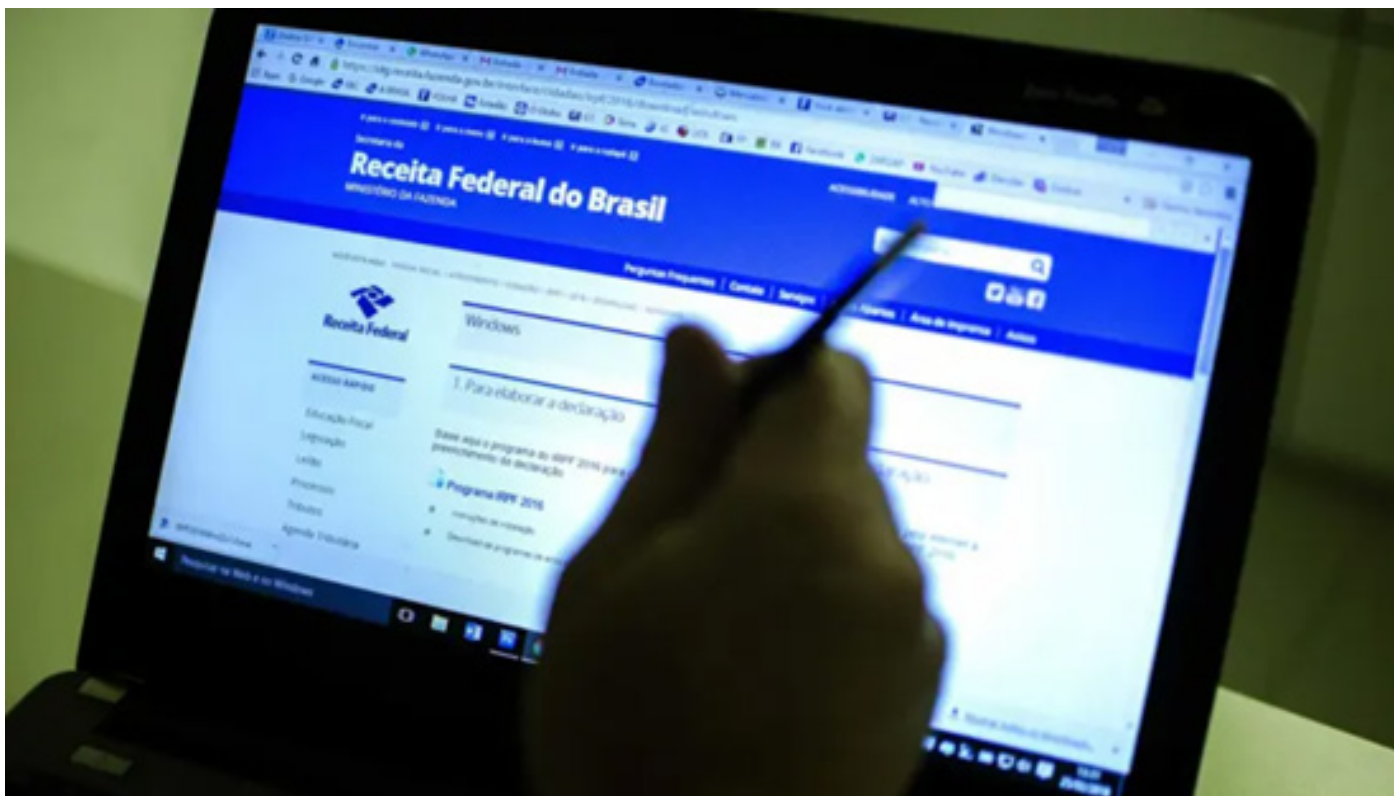
A diferença está no volume de informações: enquanto o PIX registra apenas remetente, destinatário e valor, a nova estrutura trará dados completos sobre produtos, créditos e emissores.

O sistema terá como funções principais calcular os tributos sobre o consumo, permitir o abatimento de valores já pagos em etapas anteriores da cadeia produtiva e processar a devolução de impostos para famílias de baixa renda por meio do chamado cashback.

O secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, explicou que a inovação também deve reduzir erros de cálculo, já que empresários contarão com uma calculadora oficial, sendo avisados em caso de falhas antes de autuações.

Um dos recursos mais esperados é o split payment, que vai recolher impostos automaticamente e direcionar os valores, em tempo real, para União, estados e municípios. Essa medida deve ajudar a fechar brechas usadas por empresas conhecidas como “noteiras”, que emitem notas fiscais falsas para fraudar o Fisco.

Segundo estimativas de tributaristas, a arrecadação extra com o modelo pode variar entre R\$ 400 bilhões e R\$ 500 bilhões por ano, valor equivalente ao montante sonegado atualmente. A plataforma já está em fase de testes com cerca de 500 empresas e será implantada de forma gradual.



Site da Receita Federal. Foto: Divulgação

Em 2026, funcionará com uma alíquota simbólica de 1%. A partir de 2027, passará a operar efetivamente para a CBS, o imposto federal que substituirá PIS e Cofins. Entre 2029 e 2032, ocorrerá a transição do ICMS e ISS para o IBS, imposto que unificará a cobrança estadual e municipal.

A reforma tributária prevê que a carga tributária não aumente, mas setores como o de serviços já manifestam preocupação com possíveis impactos, já que possuem cadeias produtivas curtas e menos espaço para abatimentos em comparação à indústria.

Ainda assim, o governo garante que as alíquotas serão ajustadas para manter a proporção atual de arrecadação. Outro ponto relevante é que a plataforma também deve simplificar processos para as empresas.

Segundo Barreirinhas, o modelo atual permite que cada empresário preencha notas como quiser, o que gera divergências e autuações. Com o novo sistema, o processo será mais transparente e padronizado, oferecendo maior segurança jurídica e previsibilidade para os negócios.

O governo ressalta que a novidade não representa aumento de fiscalização, mas uma mudança qualitativa. “Quem não emite nota continuará sem emitir, mas quem emite terá um sistema mais eficiente e menos sujeito a falhas”, destacou o secretário.

A expectativa é que, além de reduzir a sonegação, a ferramenta fortaleça o ambiente de negócios e aumente a confiança no sistema tributário. Ao lado da modernização tecnológica, a Receita aposta no novo modelo como peça-chave para consolidar a reforma tributária.

FONTE: DCM - Guilherme Arandas

Comissão discute a PEC da Segurança com o ministro da Justiça

Essa será a primeira audiência pública da comissão especial criada para analisar a proposta na Câmara dos Deputados



A comissão especial que vai analisar a chamada PEC da Segurança – Proposta de Emenda à Constituição 18/25 – ouvirá na próxima terça-feira (16) o ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski. A reunião será realizada no plenário 2, a partir das 10 horas.

Depois da audiência, o relator, deputado Mendonça Filho (União-PE), apresentará seu plano de trabalho.

A proposta

A PEC em análise na comissão reconfigura a estrutura de segurança pública no Brasil, buscando maior integração e coordenação entre governos federal, estaduais e municipais e órgãos de segurança.

O texto está baseado em um tripé:

- constitucionaliza o Sistema Único de Segurança Pública (Susp), hoje amparado por lei ordinária (Lei 13.675/18);
- amplia competências de órgãos de segurança, como a Polícia Federal (PF); e
- fortalece o papel da União no planejamento e coordenação da segurança pública.

A comissão

O colegiado foi instalado na última terça e será presidido pelo deputado Aluisio Mendes (Republicanos-MA) e relatado pelo deputado Mendonça Filho (União-PE).

CONHEÇA A PEC DA SEGURANÇA PÚBLICA



Proposta confere à União a competência para

- estabelecer diretrizes gerais quanto à política de segurança pública e defesa social, que incluirá o sistema penitenciário
- atualizar as competências da Polícia Federal (PF) e da Polícia Rodoviária Federal (PRF)
- constitucionalizar os fundos nacionais de Segurança Pública e Política Penitenciária
- fixar as atribuições das guardas municipais
- prever a criação de corregedorias e ouvidorias dotadas de autonomia funcional



HOJE NO BRASIL

27

- certidões de antecedentes criminais distintas
- boletins de ocorrência diferentes
- formatos de mandados de prisão
- carteiras de identidade estaduais

O que a PEC da Segurança Pública pretende



- Padronizar protocolos, informações e dados estatísticos
- Estabelecer diretrizes para segurança pública, ouvindo os entes federados



- Atualizar as atribuições da PF, da PRF e das guardas municipais



- Criar corregedorias e ouvidorias com autonomia funcional



- Criar a polícia ostensiva para a União (equivalente à PM no âmbito estadual)

Atribuições das polícias da União na PEC



JUDICIÁRIA

- Atuar em ações de crimes ambientais
- Agir contra práticas cometidas por organizações criminosas e milícias privadas que tenham repercussão interestadual ou internacional e exijam repressão uniforme



OSTENSIVA

- Realizar o policiamento em rodovias, ferrovias e hidrovias federais
- Prestar auxílio às forças de segurança dos demais entes federados quando requisitado



Policiamento ostensivo e comunitário

Em razão de decisão do STF, a PEC inclui as guardas municipais no rol dos órgãos de segurança pública do artigo 144 da Constituição. Elas poderão atuar em ações de segurança urbana, de forma que não se sobreponham às atribuições da polícia Civil e Militar.

Fonte: Ministério da Justiça e Segurança Pública

Arte: Agência Câmara 08/04/24

Da Redação - ND
Fonte: Agência Câmara de Notícias

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF